

# QUESTÕES PEDAGÓGICAS

---

## O ESTUDO DA HISTÓRIA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1).

---

Acreditamos ser realmente interessante, para que se possa avaliar o papel desempenhado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no campo do estudo da História, principiarmos por uma rápida vista de olhos nos traços gerais que caracterizavam aquêlo ramo do conhecimento, entre nós, antes da fundação do referido Instituto de ensino superior. Em primeiro lugar, no que se refere à historiografia brasileira, a realização de um balanço levar-nos-á infalivelmente à conclusão de que muito pouco tinha sido feito, dado que, excluídos alguns trabalhos de ordem exclusivamente narrativa, nem mesmo se conseguira organizar uma História Geral do Brasil em moldes realmente satisfatórios, em nível superior e que se estendesse até os tempos republicanos. Quer-nos parecer, entretanto, que dificilmente poderíamos encontrar um panorama diferente, uma vez que o problema consiste em saber-se se, dentro das circunstâncias até então dominantes, teria sido possível ao intelectual brasileiro dedicar-se de maneira racional e, digamos assim, cientificamente justa, ao estudo da história do seu país. A resposta a esta questão surgir-nos-á completamente negativa, desde que passemos a considerar uma série de fatos de alto interêsse para o assunto. De início, a dedicação a um estudo como o da História não correspondia absolutamente às normas que orientavam, pelo menos, a vida da parte mais rica do país, isto é, do Sul. Pesquisar arquivos, refletir a respeito do passado, por-se em dia com as correntes do pensamento dominantes no setor considerado, tudo isto não tinha resultado monetário algum e não tinha correspondência na esfera profissional. Tais atividades encontravam-se, por assim dizer, fora dos ideais de vida do brasileiro de então, e para aquêlo que por elas se achasse atraído não havia pròpriamente um lugar na sociedade, ou melhor, eram-lhe reservadas situações bem pouco dignas de almejo. Já era difícil, assim, que fôsse mantida até a existência material e, naturalmente, escassas se apresentavam as possibilidades de obtenção de meios para a realização de pesquisas. Faltava, principalmente, a Universidade, concebida como o ideal

---

(1). — Artigo publicado no "O Estado de São Paulo" de 25 de janeiro de 1954, reeditado pela *Revista de História* com a gentil anuência do autor e do conceituado matutino (E. Simões de Paula).

de uma cultura, à qual caberia providenciar a este respeito, possibilitando, assim, o despontar da investigação desinteressada entre nós. Enquanto não surgia a Universidade, que se poderia esperar, a não ser exatamente aquilo que se tinha? — De um lado, obras compostas por pessoas dotadas de fortuna e que se entregavam à História, fôsse com o intuito de buscar aí base para poderem tecer louvores ao país, fôsse simplesmente para passar o tempo. Não se pode negar, é claro, que nesta categoria se incluísse, entre outros, um Varnhagen, realmente digno de respeito. Forçoso é confessar, entretanto, que na sua grande maioria tais autores não estavam preparados para se desincumbirem da missão que se atribuíam, dado não possuírem a formação cultural exigida para a execução de trabalhos desta ordem e que deveria orientá-los, tanto na pesquisa, como no método históricos. Sua deficiência torna-se tanto mais evidente quando notamos o geral alheamento brasileiro à intensa fermentação característica do pensamento europeu no campo da História no século XIX. E em que medida uma sólida formação cultural é importante para a elaboração de um trabalho de História brasileira, isto podemos verificar no exemplo de Martius: sem ser brasileiro e sem ser historiador, coube-lhe compor o que de melhor se apresenta na nossa historiografia do século passado, sendo que nenhum dos que se lançaram à tarefa de escrever uma história do Brasil conseguiram dar pleno desenvolvimento às linhas mestras por êle traçadas, conquanto o próprio Varnhagen o tivesse tomado como seu principal guia. Outra categoria pertencia à falsa História dos literatos, infelizmente nem sempre bons literatos — segundo Ronald de Carvalho —, como Pereira da Silva, por exemplo, enquadrado na tendência ufanista. Em terceiro lugar havia os trabalhos de autoria de diplomatas, como Joaquim Nabuco e Rio Branco, que adquiriram gosto pela História através de suas atividades a serviço do país, sendo, daí, levados à composição de obras de inegável valor, mas que talvez ficassem melhor enquadradas como excelentes fontes para os historiadores. Finalmente, havia o legado de um legítimo historiador, Capistrano de Abreu, tanto mais digno de admiração quanto conseguira trabalhar de maneira tão equilibrada apesar de não contar com circunstâncias que o favorecessem; não chegara Capistrano, entretanto, a ultrapassar a etapa dos estudos parciais, como nô-lo demonstra o caráter fragmentário de sua obra. Digno de menção, também, era o esforço de publicação de documentos, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro”, nos “Anais da Biblioteca Nacional”, nos “Documentos históricos”, nas revistas dos institutos históricos dos diversos estados da Federação e, por vêzes, em publicações feitas pelos governos estaduais ou municipais. Em poucas palavras: o que havia era o resultado do trabalho de uma série de autodidatas, excelentemente intencionados, que conseguiram, de fato, contribuir para o co-

Parcial? e  
Parcial? ? ?

nhecimento de nossa História, apesar da falta de estímulo e da situação de isolamento a que se condenavam em relação ao ambiente nacional. E como sofria o intelectual patricio, isto expressa-se amargamente nas palavras de um Farias Brito, por exemplo, ao sentir que sua vida se inclinava para o fim: “E de todo o pesado trabalho ao qual me dediquei com o maior entusiasmo e amor, de tôda a penosa tarefa à qual dediquei minha vida, nada restou, finalmente, a não ser o agudo e doloroso sentimento da inutilidade do meu esforço, a decepção e a tristeza de minha vida fracassada”.

Outro fator que tornava impossível a legítima compreensão e a pesquisa da História do Brasil, era o que podemos chamar de completa falta de base no que dizia respeito à História Geral. De fato, era obrigatório o estudo desta disciplina no curso secundário, mas existem ainda hoje (felizmente, apenas como testemunhos de uma época), os manuais em que era ela estudada. Tratava-se de livros tremendamente fracos, que reduziam a História a uma enfiada de fatos e de datas, e um dos mais famosos dentre eles, o de Raposo Botelho, era por muitos considerado como a última palavra na matéria... O estudo de tal tipo de História Geral não podia ser aproveitado para a elucidação de muitos importantísimos traços da História Brasileira, resultando daí um divórcio total, por absurdo que pareça, entre o campo nacional e o campo geral do desenvolvimento histórico. Apenas numa ou ncutra ocasião não era possível deixar-se de mencionar uma ligação entre eles, como no caso da invasão francesa em Portugal e da vinda de D. João VI para o Brasil. Mesmo assim, uma referência liquidava o assunto, continuando, depois, a “autonomia histórica brasileira”. Um dos resultados desta concepção era que, desde a escola, o Brasil era visto como uma região mais ou menos isolada do resto do mundo, e diante disto temos que reconhecer que nada mais compreensível do que a crença dominante no ambiente brasileiro médio na super-excelência de sua terra: o Brasil era o país mais bonito e mais rico do mundo, seus heróis eram inexcitáveis em tôda sorte de qualidades, os gênios pululavam, é assim por diante. Compreende-se, de fato, esta boa fé, diante da inexistência de uma escala de valores que tornasse possível um reajuste de tais concepções. Nada de admirar, assim, que o nativismo se tivesse expandido de tal maneira que tornava quase impossível a compreensão do justo lugar do país no plano mundial, no passado ou no presente, dificultando enormemente, através disto, o alargamento de horizontes do brasileiro médio. Realmente, para que tomar conhecimento do resto do mundo, quando, desde o século XVIII, já Rocha Pita verificara ser o Brasil uma terra privilegiada, que em produção de genialidades poderia concorrer fartamente com a Grécia e com Roma? Havia, é verdade, quem tomasse contacto com obras de História Geral de nível superior, pelo menos em massa, aos manuais secundários. Mas, quais eram

estas obras? — Primeiramente, a “História Universal” de César Cantú, composta entre os anos 1838 e 1847 de Nosso Senhor Jesus Cristo, desde muito considerada na Europa como material de museu, mas cujo nome era aqui pronunciado com especial respeito, a tal ponto que ainda hoje justifica uma nova edição da mesma obra. Quem tivesse lido Cantú, estava, por assim dizer, “dono” da matéria. Agora, se pretendesse chegar ao pináculo do conhecimento da História, então deveria lançar-se à grande História Universal publicada na Alemanha sob a direção de Guilherme Oncken e de cuja tradução já os portugueses se haviam encarregado. Tratava-se, na realidade, de uma coleção de obras de História, de valor muito desigual, mas que contava, entre seus colaboradores, com nomes respeitabilíssimos, como o de Eduardo Meyer, por exemplo. O simples fato, entretanto, de se considerar tal obra como a suma da perfeição no assunto, já nos revela a maneira pela qual se encarava a matéria entre nós: não era sentida a necessidade de um contacto contínuo com o movimento editorial europeu referente à História, ou melhor, a imensa maioria, tão grande que poderíamos chamá-la de totalidade, mal sabia da existência dêste movimento. E não deixa de ser curioso notar-se que, apesar das grandes simpatias pela França (uma França cujo nome tinha um sabor quase lendário), logo no setor da História, tão importante para o desenvolvimento do entusiasmo pró-francês, as obras que aqui gozavam de maior fama fôsem de autoria de um italiano e de um grupo de professôres alemães. Havia, deveras, um setor francês nas obras consideradas como históricas, mas aí pontificavam Alexandre Dumas, Ponson du Terrail e até as aventuras de Buridan, entre outras do mesmo quilate.

Na década de 1920 a 1930, porém, a auto-crítica característica do período e que encontrou sua expressão na obra de Paulo Prado, Monteiro Lobato, Alcântara Machado e vários outros, pon-do em dúvida todos os dogmas do ufanismo, lançou as bases para uma renovação também do ensino, criando, assim, o ambiente favorável à fundação das primeiras Universidades entre nós. Passo decisivo neste caminho foi o aparecimento, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde passaria a haver oportunidade, então, para que fôsse sanada uma das mais importantes falhas do sistema de ensino até aí vigente, a saber, a impossibilidade da realização de estudos superiores que independessem de aplicação prática imediata de caráter profissional. Nas Faculdades de Filosofia tinha a História o seu lugar, constituindo, com a Geografia, uma sub-secção. Pela primeira vez havia, aqui, para os que se sentissem atraídos pelo estudo da História, a oportunidade de freqüentar cursos em que a matéria fôsse, na medida das possibilidades, ministrada segundo os métodos europeus, lançando-se, assim, os fundamentos sôbre os quais seria de se esperar pudesse florescer u’a moderna historio-

grafia brasileira. Logo que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo principiou a funcionar, foram dedicadas à História três cadeiras: História Geral, História da América e História do Brasil, cuja regência coube, respectivamente, aos professores Émile Coornaert, Paul Vanorden Shaw e Afonso d'Escragnoille Taunay. Acreditamos que à primeira destas cadeiras tivesse cabido a experiência mais interessante a ser realizada na nova Faculdade, não só em virtude da real novidade que com ela se instalava, mas também porque desta experiência dependeriam resultados a serem obtidos nas outras duas cadeiras. Aliás, a vinda do Prof. Coornaert, juntamente com vários colegas franceses, pôs em evidência um ponto que julgamos merecedor de alguma consideração: o de se saber em que medida teriam realmente a língua e a cultura francesas penetrado, até então, nas diversas camadas da sociedade brasileira. Isto por que, ao que sabemos, as dificuldades encontradas pelos mestres franceses na Faculdade não foram muito menores do que aquelas com que se defrontaram, em idênticas circunstâncias, professores de outras nacionalidades: falta de preparo secundário adequado por parte dos alunos, abrangendo insuficiência do conhecimento de línguas estrangeiras (inclusive o francês), e absoluta inexistência de material bibliográfico especializado ao alcance dos estudantes. Dado que, nos primeiros anos de sua vida, a Faculdade não estava submetida a padrão rígido algum, no campo do ensino, cabia aos professores contratados a determinação do modo de funcionamento de cada cadeira, o que fez com que, na de História Geral, os primeiros ocupantes tentassem, aqui, a aplicação das mesmas características básicas segundo as quais se processava o ensino na França; passaram, assim, a manter cursos especiais sobre determinados setores da História. O Prof. Coornaert, por exemplo, dedicou-se à história econômica da Flandres na Idade Média, uma vez que ele próprio era medievalista, ao passo que seu sucessor imediato, Prof. Fernand Braudel, orientou-se para o estudo dos tempos modernos. As dificuldades que acima apontamos, entretanto, evidenciaram os perigos da realização de tais cursos para alunos destituídos de um preparo básico na matéria, e este fato não ficou, absolutamente, oculto aos professores franceses. Antes de qualquer coisa deveriam ser dados aos estudantes os elementos fundamentais, e por isto o próprio Prof. Braudel dividiu as aulas da cadeira em dois grupos, de tal modo que num grupo estivessem os cursos gerais de história grega, romana, medieval e moderna, e noutro, os cursos especiais, acompanhados paralelamente por um seminário em que eram examinados textos correspondentes aos temas das preleções. Além disto, recomendava o Prof. Braudel aos estudantes que procurassem ocupar-se de assuntos relativos à história do Brasil, procurando pesquisar os laços que os entrosassem no conjunto da história geral. Ainda ao mesmo mestre, que por três anos ficou em

São Paulo, coube fazer a proposta de nomeação de um assistente brasileiro, dando-se, assim, o primeiro passo para a divisão do pêso dos trabalhos, que até então recaíra sôbre uma só pessoa. Este assistente, pertencente à primeira turma de licenciados, formado em 1936, e que assumiu suas novas funções em 1937, outro não era senão o Prof. Eurípedes Simões de Paula, atualmente diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O papel do assistente, de grande importância em qualquer estabelecimento de ensino superior, adquiria entre nós, por força das circunstâncias, uma significação ainda maior, como os próprios professores europeus não deixavam de acentuar: além de encarregar-se de grande parte dos trabalhos de ordem material exigidos para o bom funcionamento da cadeira, tais como a preparação de resumos de aulas (de grande importância, em virtude de serem estas aulas dadas em francês, língua com a qual poucos alunos estavam realmente familiarizados), competia ao assistente brasileiro a função de intermediário entre o professor e os estudantes, permitindo ao primeiro manter-se em conexão permanente com os últimos. Ainda ao assistente coube providenciar acêrca do aparelhamento da cadeira, campo em que tudo deveria ser feito a partir, por assim dizer, do ponto nulo. Pouco a pouco, dedicando-se da maneira mais completa possível aos seus encargos, desenhou o Prof. Simões, pessoalmente, mais de uma centena de mapas murais, indispensáveis à boa compreensão das aulas por parte dos alunos, e procurou iniciar a organização de uma biblioteca especializada. Uma vez que o Estado ainda não colocara meios à disposição da Faculdade para êste fim, adquiria êle próprio os livros, para a sua biblioteca particular, que era, segundo uma liberalidade verdadeiramente incomum, posta à disposição dos estudantes. Quando o terceiro mestre francês aqui chegou, Jean Gagé, de Estrasburgo, deveria a cadeira receber um professor de erudição invejável, dotado de consciência de responsabilidade e de senso do dever à tôda prova, e que estava firmemente resolvido a nos dar o que de melhor pudesse, dentro das possibilidades do ambiente brasileiro. Neste ambiente, aliás, procurou êle aprofundar-se, para que mais fácil se lhe tornasse o desempenho de sua missão. Imediatamente verificou o Prof. Gagé as enormes e, pelo menos de momento, insuperáveis dificuldades que se encontravam no seu caminho: falta de conhecimentos básicos dos estudantes, que não dominavam as línguas clássicas, indispensáveis para que pudessem ser acompanhados os cursos de um professor que, como Gagé, era especialista em estudos romanos, e — como já acentuamos acima, falta de familiaridade com os traços fundamentais da história geral, em virtude da situação do ensino da matéria no curso secundário. Acrescentava-se ainda a isto a nossa falta de aparelhamento para que pudssemos aproveitar realmente um professor como o que se nos apresentava: nossas bibliotecas públicas ou pertencen-

tes à Universidade eram paupérrimas e, além disto, não era possível contar-se com livros de publicação alemã, uma vez que, excluindo-se aqueles que possuíam ascendentes alemães, raríssimos eram os que dominavam a língua. Ora, vindo de Estrasburgo, centro privilegiado, em condições de estar em permanente contacto tanto com a cultura francesa como com a alemã, o Prof. Gagé ressentia-se enormemente da falta de livros germânicos, lamentado freqüentemente, por exemplo, que não possuíssemos nem mesmo a "Realencyklopaedie der Altertumswissenschaft" de Pauly-Wissowa-Kroll. Apesar de tudo, dedicou-se êle ao trabalho de maneira integral, sendo, também, integralmente assistido pelo Prof. E. Simões de Paula. Sob sua supervisão foi a cadeira dividida, em 1939, sendo o Prof. E. Simões de Paula indicado para preencher o lugar recém-criado. Houve, a partir daí, dois professores, cada qual com um assistente, mas não havia, inicialmente, a divisão de setores da História que fôsem da competência particular de um ou de outro. A distribuição da matéria era feita por acôrdo entre os docentes, segundo as preferências e possibilidades de cada um, esforçando-se ainda ambos para facilitar aos novos assistentes o exercício das funções que acabavam de lhes ser atribuídas. Até então, gozando desta liberdade, os professores podiam organizar os cursos da maneira que melhor se ajustasse às necessidades e possibilidades dos alunos. Ao Prof. Gagé cabiam preleções sôbre temas especiais, principalmente (a civilização helenística; César, em 1938; a civilização bizantina; a questão do Oriente, em 1939), que eram freqüentadas por todos os estudantes de História, sem se levar em conta o ano que estivessem cursando. A êste excepcional regime, porém, pôs fim a submissão da Faculdade de Filosofia ao padrão federal, medida esta que enquadrou as atividades docentes dentro de esquemas rígidos, tornou mais viva a distinção entre as diversas séries em que se dividiam os cursos e, fatalmente, deu início ao que podemos chamar de "burocratização" daquele Instituto de ensino que de maneira tão auspiciosa iniciara as suas atividades.

Fato digno de nota foi que, sempre sob a orientação do Prof. Gagé, as cadeiras de História principiaram a formar os seus primeiros doutores, e por mais defeituosas que fôsem as teses apresentadas, em virtude das condições dominantes, é absolutamente inegável que representavam um grande progresso. Pela primeira vez no Brasil trabalhava-se metódicamente, sob a orientação de um mestre europeu e dava-se ao movimento de auto-crítica que fermentava na elite brasileira desde o fim da guerra de 1914 uma nova direção, na medida em que se principiava a ver o Brasil como uma parte do mundo, ou pelo menos, do Ocidente, e a compreender o quanto de absurdo havia naquela atmosfera antes predominante, em que se tinha a impressão de viver isolado do resto da humanidade. Naturalmente, tratava-se apenas do início, e de

um início bem modesto. Havia, e há ainda, muitos para os quais surgia como uma verdadeira falta de juízo ou perda de tempo a preocupação com estudos relativos à Antiguidade, à Idade Média, ou a qualquer outro setor não especificamente brasileiro. Segundo este ponto de vista, tratava-se, aí, de uma atividade completamente inútil, uma vez que não nos encontrávamos em condições de lançar caminhos originais em pesquisas sobre assuntos desta natureza; em compensação, dever-se-ia dar todo o apóio aos esforços de pesquisas sobre história brasileira, ou então, na última das hipóteses, sobre história portuguesa, ou mesmo ibérica, conforme o caso. Queremos crer que tal maneira de encarar a questão pode muito bem ser sujeita a discussões. Pensamos, em primeiro lugar, que fora do plano da História Geral não é possível uma História do Brasil, ou melhor, não é possível dar-se à História Brasileira o seu pleno sentido, dado que consideramos como indispensável o seu entrosamento no panorama ocidental, pelo menos, para que seja corrigida a tendência à idéia do isolamento e do particularismo históricos. Ainda mais: a familiarização com problemas de história geral tem como resultado, mesmo para o especialista em História Brasileira, a abertura de novos horizontes; de novas possibilidades no campo do método; e, neste caso, até mesmo um trabalho sobre a Escandinávia ou sobre a África do Norte poderia ter repercussões favoráveis, inclusive sobre pesquisas locais de História Nacional. Principalmente, uma sadia base de conhecimentos de História Geral é indispensável para o desenvolvimento de uma legítima consciência ocidental, tanto mais para nós, brasileiros, que da mesma forma que os norte-americanos —, somos um povo de origem colonial, cujas raízes estão na Europa. Alguns séculos não são suficientes para destruir a força da língua, da religião, das formas sociais e de uma enorme massa de tradições, por intermédio das quais estamos para sempre ligados à Europa. Isto faz da História Americana, considerada em geral, antes de tudo uma história colonial, o que (é bom que façamos a ressalva, apesar de absurda, para evitar mal-entendidos), não traz consigo diminuição de espécie alguma. E' já um lugar comum dizer-se ou escrever-se que a América (os Estados Unidos, especialmente), pode ser comparada a Roma, e a Europa à Grécia. Naturalmente, na medida em que se leva em conta o desenvolvimento material, que permite aos norte-americanos ocuparem uma posição de liderança no Ocidente, parece-nos justificar-se tal origem, é verdade, sempre dentro de sua significação de ordem mais literária do que de qualquer outra espécie. Mas quando a questão ~~é considerada do ponto de vista da cultura~~, cremos ser muito mais adaptado o paralelismo (muito superficial, é claro), entre Europa-Grécia e América-colônias gregas. Os romanos tinham uma língua e, pelo menos, um domínio de criação que lhes era próprio — o do Direito. Além do que, eram eles sempre ro-

manos, e não gregos. Ora, a América — e não poderia ser de outro modo —, não possui domínio algum de criação que lhe seja inteiramente próprio, e, quanto ao mais, já temos sido levados freqüentemente a pensar no que é propriamente um americano (do sul ou do norte), considerado como expressão cultural. E até hoje chegamos sempre à conclusão de que um americano é um europeu desenraizado. Talvez nunca tenham os legítimos europeus pensado nisto; talvez tal fato possa ser mesmo parcialmente responsabilizado pela separação que se abriu entre a América e a Europa; talvez o sentir-se desprezado tivesse levado o americano ao exagerado louvor de sua terra; talvez, ainda, fôsse possível colocarem-se em harmonia o isolacionismo norte-americano e o esforço de fechamento sôbre si mesmo do brasileiro até há bem pouco tempo. Tudo isto, evidentemente, não ultrapassa o terreno das simples cogitações. Mas parece-nos claro, de qualquer forma, que ainda existe uma fenda que não é apenas geográfica entre Europa e América; entre o legítimo europeu e o desenraizado, e apenas o desenvolvimento de uma consciência ocidental estaria em condições de preencher, total ou parcialmente, tal falha. E pensamos que o estudo e a sadia compreensão da História Geral poderiam ser tomados como uma etapa para a consecução dêste objetivo, tanto mais quanto, ao mesmo tempo que os europeus percebem a necessidade de “deseuropeização” da História, nós, de nosso lado, sentimos que nos devemos esforçar para articular a América, em geral, e o Brasil em particular, num amplo panorama histórico. A convergência de todos os esforços exclusivamente para a pesquisa de História local teria como resultado a intensificação da idéia de isolamento, o que, além do mais, estaria em completa discordância com as exigências do momento presente.

Se nos deixamos levar a tais considerações, foi para mostrar como achamos que deve ser encarado o estudo da História Geral entre nós, especialmente na Faculdade de Filosofia: primeiramente, impõe-se (exceptuando-se casos especiais) a renúncia às ambições de pesquisas cem por cento originais; em segundo lugar, deve-se ter sempre diante dos olhos que a História Geral pode contribuir para levar-nos a encontrar o nosso justo lugar no Ocidente, e pode auxiliar-nos a nos libertarmos de nossa insegurança íntima. Trata-se, pensamos, neste caso, do grande problema do homem americano, problema que parece, de maneira muito significativa, estar contido nestas palavras ricas em conteúdo do norte-americano Thomas Wolfe:

“I believe we are lost here in America,  
But I believe we shall be found”.

Ser-se achado, descoberto pelos outros, na verdade. Mas também achar-se a si mesmo, desde que se consiga encontrar qual

o competente lugar no mundo. E a história geral tem como uma de suas missões a de assistir-nos, não só no esforço de busca, mas também no de preenchimento de nossa posição. Compreendida a questão desta maneira, parece-nos que dificilmente encontrar-se-ia um ramo de estudos ao qual se pudesse atribuir um papel ao mesmo tempo tão bonito e tão relevante. O espírito com que a Faculdade foi fundada e o seu funcionamento nos primeiros anos deram-nos a oportunidade para o início de um estudo sadio da História. A “burocratização”, sem dúvida, aliada a outros fatores, constituiu-se num obstáculo à manutenção desta linha, se bem que às personalidades bem formadas ficasse aberto, pelo trabalho pessoal modesto e consciencioso, o contórno de pelo menos algumas das dificuldades surgidas. As publicações feitas pelas diversas cadeiras de História podem ser tomadas como testemunhos para se saber em que medida e em que setores verificou-se uma reação neste sentido. Aqui não nos compete criticá-las ou louvá-las. Damos, entretanto, no final dêste artigo, a título meramente informativo, a lista das mencionadas publicações, para que sobre elas possa estabelecer o seu juízo quem melhor se interessar.

\* \*  
\*

Não podemos deixar, todavia, de fazer referência a alguns resultados francamente positivos colhidos pela secção de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Chama-nos a atenção, antes de qualquer coisa, a notável dedicação à causa de nosso desenvolvimento cultural e que se manifestou através da fundação da “Revista de História”. Foi seu idealizador e realizador o mesmo Prof. Eurípedes Simões de Paula, a que acima nos referimos como assistente dos Profs. Braudel e Gagé e que, desde 1946, ocupa — mediante concurso — a cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval. Em 1950 surgiu a Revista, ao que saibamos, o primeiro periódico brasileiro dedicado ao estudo da História, em geral, no seu mais amplo sentido, e contando, ainda, com a constante colaboração de especialistas europeus. Note-se que, sem receber apoio oficial de espécie alguma, e num regime permanentemente deficitário, o Prof. E. Simões de Paula mantém a Revista há já quatro anos, tudo fazendo crer que continuará a sustentar êste órgão que se tornou como que um representante da secção de História perante as outras Universidades e demais centros culturais, com os quais se desenvolve, por seu intermédio, a importantíssima função do intercâmbio de publicações. Paralelamente à “Revista de História” ressurgiu a “Sociedade de Estudos Históricos”, que fôra fundada pela primeira vez em 1942, graças a iniciativa de um grupo de intelectuais entre os quais se encontrava mo Prof. Gagé, o Prof. E. Simões de Paula, o então diretor da Biblioteca Municipal, Dr.

6. mit festival ?

Rubens Borba de Moraes, o historiador Caio Prado Jr., e outros. Durante algum tempo havia a Sociedade mantido regularmente as suas sessões, no próprio prédio da Biblioteca Municipal (ou melhor, nos prédios, porquanto tratava-se justamente da fase de mudança, da rua Sete de Abril para as atuais instalações), graças à gentileza de seu diretor. Uma série de vicissitudes, porém, determinou a suspensão das reuniões e, assim, o fim da Sociedade. Oito anos mais tarde, em 1950, principalmente por inspiração do Prof. E. Simões de Paula, foi ela refundada, tendo funcionado normalmente desde então, no edifício-sede da Faculdade de Filosofia. O mesmo espírito anima tanto a Revista como a Sociedade, que surgem como órgãos de divulgação sistemática de trabalhos e pesquisas de história — sempre amplamente encarada —, funcionando ainda como excelentes elementos de ligação, não só entre o nosso meio universitário e o estrangeiro, mas entre os docentes das diversas Faculdades de Filosofia de São Paulo e do Brasil e, ainda mais, entre professores, alunos e ex-alunos de História ou de ramos do conhecimento aos quais a História ofereça especial interesse. Ao lado de um ou de outro traço revelado através deste movimento, e que talvez possa ser visto como indício de um trabalho e necessariamente lento processo de renovação cultural, é preciso que não se escondam, também, as dificuldades que não deixam de surgir, algumas das quais muito significativas. Lembremos, a título de exemplo, que há algum tempo a “Revista de História” tomou a iniciativa de publicar uma relação dos mais importantes documentos manuscritos existentes nos arquivos das cidades do interior paulista, dirigindo-se então, para isto, aos professores de História dos ginásios e escolas normais das diversas localidades. Ora, até hoje apenas Mogi das Cruzes e São José do Rio Preto responderam ao apêlo... A Revista chamou a si, também, o encargo de publicar separadamente os trabalhos que, por força de sua extensão, tivessem sido impressos parceladamente em vários de seus números. Daí a série dos “Cadernos da Revista de História”, cuja relação damos abaixo, anexa à dos boletins da Faculdade.

Outro aspecto positivo do trabalho executado na secção de História, e este tanto mais importante por corresponder a uma das finalidades básicas da Faculdade, tal seja a formação de professores para o curso médio, reflete-se nos concursos que se realizam anualmente, visando ao preenchimento das cadeiras de História Geral e do Brasil nos ginásios, colégios e escolas normais. Nem de longe queremos dizer que não existam autodidatas de valor, nem que todos os candidatos formados pela Faculdade de Filosofia apresentem ótimas provas durante tais concursos. Mas não resta a menor dúvida que os últimos revelam sinais de maior desenvoltura no trato com a bibliografia especializada, bem como maior segurança no setor do método. Diga-se de passagem, aliás,

pequenos ou menores. Os maiores  
franc. amizade do prof,  
antigos foguéis, mais  
célula do prof. de idade  
atualmente

que também o panorama bibliográfico melhorou muito, nos vinte anos que medeiam entre 1934 e 1954, e acreditamos que o desenvolvimento da Universidade, em geral, pode ser apontado como um dos fatores desta melhoria, que foi enorme. Comparem-se as acanhadas livrarias de há vinte anos com as que temos hoje, e ver-se-á a distância percorrida. E que consigam progredir em ritmo acelerado estabelecimentos especializados em publicações de língua não só francesa ou inglêsa, mas também alemã, trata-se, certamente, de um sinal bastante animador. De nosso lado, na Universidade, já temos a satisfação de contar, na nossa Biblioteca, com uma série de instrumentos fundamentais de trabalho, e entre êles, a famosa "Realencyklopaedie" de Pauly-Wissowa-Kroll, tantas vêzes cobiçada, desde os tempos do Prof. Gagé.

Por fim, destaquemos um nome: o do elemento que, formado no ambiente dos primeiros tempos da Faculdade, mais se destacou pela sua capacidade de rebuscar arquivos, pela sua dedicação ao trabalho e pelo senso de historiador. Trata-se da Dra. Alice P. Canabrava, atualmente regendo cátedra na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo.

\* \*  
\*

Relação dos boletins publicados pelas cadeiras de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo:

a) *Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval:*

1. — Antônio Piccarolo, "Augusto e seu século". 1939.
2. — E. Simões de Paula, Jean Gagé e Astrogildo Rodrigues de Melo, com os seguintes trabalhos, dos quais o segundo e o terceiro do Prof. Gagé: "Tartesso e a rota do estanho", "Gades, as navegações atlânticas e a rota das Índias na Antigüidade", "Nota acêrca das origens e do nome da antiga cidade de Volubilis (Mauritânia Tingitana)" e "O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal". 1940.
3. — E. Simões de Paula, "O comércio varegue o grão-principado de Kiev". 1942.
4. — E. Simões de Paula, "Marrôcos e suas relações com a Ibéria na Antigüidade". 1946.
5. — Pedro Moacyr Campos, "Alguns aspectos da Germânia antiga através dos autores clássicos". 1946.
6. — Eduardo d'Oliveira França, "O poder real em Portugal e as origens do absolutismo". 1946.

b) *Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea:*

1. — Olga Pantaleão, "A penetração comercial da Inglaterra na América espanhola de 1713 a 1738". 1946.

→ mas a minha melhor padronagem de nido eco-  
música astoriado p' d'aula p'aul de c'ulher-  
mentos pela migração e patada e escritas  
— 503 —

c) *Cadeira de História da Civilização Americana:*

1. — Astrogildo Rodrigues de Melo, "As encomiendas e a política colonial de Espanha". 1943.
2. — Alice P. Canabrava, "O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)". 1944.
3. — Astrogildo Rodrigues de Melo, "O trabalho forçado de indígenas nas lavouras de Nova Espanha". 1946.

d) *Cadeira de História da Civilização Brasileira:*

1. — Alfredo Ellis Jr., "Meio século de bandeirismo — 1590-1640". 1939.
2. — Alfredo Ellis Jr., "Feijó e sua época". 1940.
3. — Alfredo Ellis Jr., "História de São Paulo". 1944.
4. — Alfredo Ellis Jr., "Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina". 1944.
5. — Alfredo Ellis Jr., "Capítulos da História de São Paulo". 1945.
6. — Alfredo Ellis Jr., "Panoramas históricos". 1946.
7. — Alfredo Ellis Jr., "Amador Bueno e seu tempo". 1948.
8. — Alfredo Ellis Jr., "O ouro e a Paulistânia". 1948.
9. — Alfredo Ellis Jr., "Um parlamentar paulista da República". 1949.
10. — Tomaz Oscar Marcondes de Souza, "Américo Vespucci e suas viagens". 1949.
11. — Alfredo Ellis Jr. e Miriam Ellis, "A economia paulista no século XVIII". 1950.
12. — Mafalda P. Zamella, "O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII". 1952.

*Relação dos "Cadernos da Revista de História":*

1. — J. Cruz Costa, "Augusto Comte e as origens do positivismo".
2. — Lívio Teixeira, "Nicolau de Cusa".
3. — Gustavo de Freitas, "A Companhia Geral do comércio no Brasil (1649-1720)".
4. — Pedro Moacyr Campos, "A idealização de Roma e sua aceitação pelos cristãos".

Com exceção do Prof. Alfredo Ellis Jr., do Prof. Antônio Piccarolo, do Dr. Tomaz Oscar Marcondes de Souza, do Sr. Gustavo de Freitas e, naturalmente, do Prof. Jean Gagé, todos os autores das referidas publicações formaram-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

**PEDRO MOACYR CAMPOS**

Livre-docente da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.